



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

1 **CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER (CEDIM/SC)**, no oitavo
2 dia do mês de agosto de 2017, no Auditório da Perícia Médica do Estado de Santa
3 Catarina, sito Rua José Augusto de Farias, 113. Centro. Florianópolis/SC foi realizada a
4 7ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC, do referido ano, sob a coordenação da
5 Presidenta e Conselheira Titular Sheila Sabag, representante da Rede Nacional
6 Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos (RNF). A 7ª Reunião
7 Plenária Ordinária contou com a presença das Conselheiras Titulares e Suplentes,
8 representantes das Organizações Governamentais: Conselheira Titular Fabiana Lopes
9 Ribeiro, representante da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e
10 Sustentável (SDS); Conselheira Titular Maria Simone Pan, representante da Secretaria
11 de Estado da Saúde (SES); Conselheira Titular Aretusa Larroyd, representante da
12 Coordenadoria Estadual da Mulher (CEM/SC); Conselheira Titular e Segunda
13 Secretária do CEDIM/SC, Guerlinde Gomes de Medeiros, representante da Secretaria
14 de Estado da Administração (SEA); Conselheira Titular Ariane Emí Nakamura,
15 representante da Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SOL); e
16 Conselheira Titular Rosana Maria Ostroski, representante da Secretaria de Estado da
17 Educação (SED). Participaram também, as Conselheiras Titulares e Suplentes
18 representantes das Organizações Não Governamentais: Conselheira Titular Myriam
19 Aldana Vargas Santin, representante da Universidade Comunitária da Região de
20 Chapecó (UNOCHAPECÓ); Conselheira Titular Ana Maria Sokacheski, representante
21 da Casa da Mulher Catarina; Conselheira Titular Eva Santos da Rosa, representante da
22 Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC); Conselheira Titular Raquel
23 Felau Guisoni, representante da União Brasileira de Mulheres (UBM); Conselheira
24 Suplente Adriana Barth Barbaresco, representante do Instituto de Estudos de Gênero
25 (IEG); e Conselheira Suplente Daniele Soares Almeida, representante da Federação dos
26 Trabalhadores na Agricultura do estado de Santa Catarina (FETAESC). Estava presente
27 na 7ª Reunião Plenária Ordinária, a Secretária Executiva do CEDIM/SC, Fabiana de
28 Souza, e a Diretora Estadual de Direitos Humanos da Secretaria de Estado de
29 Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST), Maria Elisa de Caro. Justificaram
30 ausência por e-mail: Conselheira Suplente Arlete Carminatti Zago, representante da



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

31 Associação de Mulheres de Negócios da Grande Florianópolis (BPW); Conselheira
32 Titular e Vice-Presidenta do CEDIM/SC Patrícia Maria Zimmermann D'Ávila,
33 representante da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP); Conselheira Titular
34 Mirtes Valles Piovezan e Conselheira Zuleika Lenzi, ambas representantes do Instituto
35 Catarinense de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos (ICESPE); Conselheira
36 Suplente Aline Cleusa de Souza, representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE);
37 Conselheira Titular Flávia de Mattos Motta, representante da Universidade do Estado de
38 Santa Catarina (UDESC). A 7ª Reunião Plenária Ordinária teve a seguinte pauta:
39 1) Levantamento do Quorum; 2) Aprovação da Ata da 5ª Reunião Plenária Ordinária
40 realizada em 20 de junho de 2017 e da 6ª Reunião Plenária Ordinária realizada no dia 04
41 de julho de 2017; 3) Plano Estadual de Políticas para as Mulheres (PEPM); 4) Regimento
42 Interno do CEDIM/SC; 5) Projeto Campanha Permanente Unidades
43 Móveis; 6) Avaliação da Audiência Pública “Construção do Pacto Estadual Maria da
44 Penha”; 7) Informes Gerais; e 8) Encerramento. Sheila agradeceu a presença das
45 conselheiras na 7ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC e verificou a existência de
46 quorum para as deliberações necessárias. Sheila informou que as atas da 5ª Reunião
47 Plenária Ordinária e da 6ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC foram redigidas
48 por Fabiana de Souza e encaminhadas à Presidenta para as complementações
49 necessárias, todavia, não foi possível fazer a leitura, visto a agenda de ações e eventos
50 que havia participado naquele período. Sheila sugeriu que as atas fossem aprovadas na
51 8ª Reunião Plenária Ordinária do CEDIM/SC que seria realizada em setembro de 2017.
52 A Plenária concordou com a sugestão e tão logo as complementações fossem realizadas
53 pela Presidenta, as atas seriam encaminhadas às Conselheiras. Sheila solicitou que o
54 item 03 da pauta fosse discutido quando da presença da Diretora Estadual de Direitos
55 Humanos, pois a mesma foi convidada pela Mesa Diretora do CEDIM/SC para prestar
56 orientações e sugestões concernentes a elaboração de uma proposta de Plano Estadual
57 de Políticas para as Mulheres. Assim, foi solicitado que se invertesse a pauta, tratando-
58 se primeiro do item 04. Acatada a solicitação, Sheila informou que foi devolvido ao
59 CEDIM/SC no mês de julho de 2017, o Processo SCC 5043/2016 que tratava da
60 Regulamentação da Lei Estadual 16.945/2016. A presidenta contextualizou que o



61 processo havia sido discutido em plenárias anteriores, primeiro discutindo-se sobre a
62 elaboração e aprovação da referida Regulamentação e, posteriormente, quando foi
63 solicitado pela Consultoria Jurídica da SST (COJUR/SST) adequações e supressões de
64 alguns artigos, sendo, portanto, tal solicitação levada à apreciação e deliberação na
65 plenária do mês de maio de 2017. Sheila mencionou que a última remessa ao
66 CEDIM/SC ocorreu também pela COJUR/SST, que por meio da Comunicação Interna
67 156/2017 solicitou a readequação do Regimento Interno, retirando do texto os artigos 47
68 e 55. A Presidenta informou que no dia 26 de julho de 2017, participou junto a Fabiana
69 de Souza de uma audiência com a Secretária Adjunta da SST, a Sra. Reginete Panceri,
70 para que pudesse justificar a importância da manutenção dos referidos artigos ainda que
71 se fizessem necessárias adequações do texto. Sheila mencionou que a Secretária
72 Adjunta esclareceu dúvidas sobre o repasse de recursos e previsão orçamentária para os
73 conselhos, e, que diante dos esclarecimentos, foram elaboradas as propostas de
74 adequações do texto dos artigos para que fossem discutidas pela Plenária. Fabiana de
75 Souza utilizou o Data Show para que as conselheiras pudessem fazer a leitura dos
76 artigos 47 e 55 evidenciando as propostas de adequação dos mesmos. Assim, o artigo 47
77 que tinha a redação: “Os recursos advindos através de projetos, programas, multas,
78 convênios, emendas parlamentares dentre outros, para implantação e implementação de
79 políticas públicas em favor de projetos, programas, campanhas e ações referentes à
80 informação e defesa dos direitos das mulheres, deverão ser vinculados a SST, e deverão
81 estar disponíveis para uso do CEDIM/SC, quando requerido.” foi adequado e aprovado
82 com a seguinte redação: “Os recursos advindos através de projetos, programas, multas,
83 convênios, emendas parlamentares dentre outros, para implantação e implementação de
84 políticas públicas em favor de projetos, programas, campanhas e ações referentes à
85 informação e defesa dos direitos das mulheres, deverão ser vinculados a SST.”. Quanto
86 ao artigo 55 foram levantadas duas propostas de redação, as quais mesmo sob o
87 consenso da Plenária tiveram como encaminhamento que Fabiana de Souza consultasse
88 à Secretária Adjunta da SST para verificar a redação mais adequada legalmente, para
89 que se evitasse o indeferimento da regulamentação por motivos relacionados ao texto.
90 Desta forma, o artigo 55 que apresentava a redação “As receitas financeiras para a



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

91 manutenção e atividades do CEDIM/SC devem constar no Plano Plurianual e garantidas
92 no orçamento da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação - SST.” Teve
93 como propostas aprovadas as seguintes redações: proposta 01) “Em conformidade aos
94 artigos 13 e 14 da Lei 16.945/2016, a previsão de custos para a manutenção e atividades
95 do CEDIM/SC, para o ano seguinte, devem ser encaminhadas pelo Conselho até o mês
96 de maio do ano corrente e confirmadas até o mês de fevereiro do ano subsequente, a
97 tempo de constar no Plano Plurianual (PPA) e no orçamento da Secretaria de Estado da
98 Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST)” e proposta 02) “Em conformidade aos
99 artigos 13 e 14 da Lei 16.945/2016, a previsão de custos para a manutenção e atividades
100 do CEDIM/SC, devem ser encaminhadas pelo Conselho até o mês de maio e
101 confirmadas a tempo de constar no Plano Plurianual (PPA) e no orçamento da
102 Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST)”. Em
103 continuidade a pauta, Sheila sugeriu que se realizasse a avaliação da Audiência Pública
104 “Construção do Pacto Estadual Maria da Penha”, pois estava sendo aguardada a
105 presença na Plenária, de Maria Elisa e de Aretusa. A Presidenta falou que houve
106 participação expressiva de conselheiras na Audiência. Eva considerou que a Audiência
107 foi exitosa, pois houve à possibilidade de debater sobre a necessidade de ações efetivas
108 para as mulheres. Myriam lamentou a ausência dos secretários estaduais na discussão e
109 complementou que o relato feito por uma mulher sobre o feminicídio ocorrido naquela
110 semana no município de Biguaçu sensibilizou todas e todos as/os presentes, uma vez
111 que ficou evidenciada a fragilidade e a inoperância do poder público para com a
112 efetividade das legislações de proteção às mulheres. Ariane avaliou positivamente os
113 encaminhamentos da Audiência, visto que ficou acordado que após a conclusão da ata,
114 o CEDIM/SC se reuniria com a Bancada Feminina para que ambos oficializassem as
115 secretarias estaduais, sistema de justiça e demais instituições apontadas, solicitando
116 respostas num prazo de 45 dias quanto aos questionamentos retirados na Audiência.
117 Ariane complementou que a Audiência Pública legitimou os questionamentos
118 anteriormente já pontuados pelo CEDIM/SC, e fomentou a necessidade de
119 comprometimento dos poderes, executivo, legislativo e judiciário no enfrentamento à
120 violência contra a mulher. Ana Maria relatou que se sentiu angustiada, pois verificou



121 que as discussões permaneciam iguais ao logo de sua trajetória enquanto militante e que
122 teve a sensação de que “estavam falando para elas mesmas”. Ana Maria complementou
123 que considerou a Audiência como um instrumento que poderia contribuir para que
124 fossem cobradas ações do poder público e que os municípios deveriam também se
125 comprometerem em ações de defesa e garantia dos direitos das mulheres. Ariane falou
126 que as legislações em vigor e os demais projetos de lei são instrumentos de defesa e
127 garantia dos direitos das mulheres e que seria necessário o controle social e o
128 monitoramento. Sheila falou que em posse das respostas vindas dos poderes executivo,
129 legislativo e judiciário, o CEDIM/SC criaria estratégias que responsabilizariam esses
130 poderes na execução de ações de enfrentamento à violência, culminando com a
131 assinatura do Pacto Estadual Maria da Penha. Aretusa e Maria Elisa encontravam-se
132 presentes na Plenária e Aretusa contextualizou sua percepção enquanto representante de
133 organismo de política pública, sinalizando a impotência e a fragilidade da CEM/SC
134 enquanto estrutura que anteriormente estava vinculada a Secretaria de Estado da Casa
135 Civil (SCC). A Coordenadora perguntou também se os conselhos municipais dos
136 direitos das mulheres haviam sido convidados para a Audiência Pública e se os mesmos
137 estiveram presentes. Fabiana de Souza respondeu que todos foram convidados. Aretusa
138 mencionou a importância de sensibilização e criação de conselhos municipais. Sheila
139 pontuou que a participação de Aretusa na Audiência Pública e na execução da
140 Campanha Permanente Unidades Móveis: Mulheres e Cidadania poderia então
141 contribuir na percepção da importância desse organismo. Sheila pontuou ainda que a
142 vinculação da CEM/SC à SCC teria um peso político significativo comparando a sua
143 vinculação à SST e que não vislumbrava perspectivas positivas, considerando a
144 ausência de recursos financeiros, humanos e autonomia para o referido organismo, pois
145 acreditava que a SST não possuía força política para transversalizar a política para as
146 mulheres nas demais políticas setoriais. Maria Elisa complementou que a política de
147 direitos humanos é baseada na transversalidade das políticas setoriais e reiterou a
148 inviabilidade da SST realizar convocações e atos de cumpra-se às demais secretarias
149 estaduais sobre a pena de estar cometendo ingerência e que por vezes poderia fragilizar
150 as ações da Diretoria Estadual de Direitos Humanos. Maria Elisa ratificou que embora



151 houvesse dificuldades quanto a transversalidade, a Diretoria estava envolvida
152 diretamente em aproximadamente 50 assuntos e que enquanto vinculada à SCC esteve
153 envolvida somente nas ações de políticas LGBT. Em continuidade a pauta, Sheila falou
154 que na 6ª Reunião Plenária Ordinária houve questionamentos quanto à responsabilidade
155 de elaboração de uma proposta do PEPM pelo CEDIM/SC e que a Mesa Diretora do
156 CEDIM/SC, junto as Conselheiras Aretusa e Ariane e a Secretária Executiva Fabiana de
157 Souza reuniu-se no dia 26 de julho de 2017 com Maria Elisa, visto que enquanto
158 Diretora Estadual dos Direitos Humanos realizava a articulação com todos os conselhos
159 e coordenadorias estaduais e poderia contribuir em proposições e sugestões para a
160 continuidade ou não elaboração de uma proposta do PEPM. Maria Elisa reiterou a
161 importância de uma construção e pactuação coletiva do PEPM, pois remetia às
162 instituições envolvidas, o comprometimento com a sua implantação e implementação,
163 tornando-a uma política de Estado e não de governo. Desta forma, Maria Elisa
164 referendou a importância da criação de uma comissão intersetorial, envolvendo todos os
165 setores responsáveis pela efetivação da política para as mulheres, que por fim
166 assinariam um termo de cooperação técnica. A Diretora exemplificou que deveriam ser
167 chamadas todas as instituições que trabalhariam tanto direta quanto indiretamente na
168 efetivação da política, entre elas: sistema de justiça (OAB, Defensoria Pública,
169 Ministério Público, Tribunal de Justiça), secretarias de estado (incluindo a Secretaria de
170 Estado do Planejamento e a Secretaria de Estado da Fazenda) e a sociedade civil. A
171 comissão intersetorial posteriormente se reuniria e identificaria dentro de suas
172 especificidades quais os dados que poderiam subsidiar um posterior diagnóstico para a
173 elaboração do PEPM. Ana Maria falou que o CEDIM/SC era um órgão de controle
174 social, não sendo sua competência a formulação de políticas. Ana Maria pontuou a
175 ausência de recursos humanos, financeiros e estruturais como dificultadores para a
176 responsabilização do CEDIM/SC em elaborar o PEPM, e reiterou que caberia a
177 CEM/SC a formulação do mesmo. Sheila fez a leitura do Parágrafo único do Artigo 1º
178 da Lei Estadual 16.945/2016 o qual explicitava que “O CEDIM-SC tem como
179 finalidade formular diretrizes e políticas públicas que visem a assegurar os direitos da
180 mulher, considerando a igualdade e equidade de gênero, bem como fomentar a inclusão



181 da população feminina nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais.” A
182 Presidenta evidenciou que em reunião anterior com Maria Elisa apresentou o
183 planejamento e o cronograma das ações da Comissão do Plano Estadual de Políticas
184 para as Mulheres o qual constavam 02 etapas: ETAPA 01: 1) Levantar por eixo as
185 propostas das 04 Conferências Estaduais de Políticas para as Mulheres; 2) Analisar e
186 levantar dados do Plano Plurianual (PPA) por secretarias estaduais/relatório de
187 execução, ações, projetos e programas que façam referência as mulheres e LBTs
188 (mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais); 3) Levantar dados de pesquisas do Estado
189 de Santa Catarina sobre mulheres e LBTs; 4) Levantar os indicadores existentes no
190 Estado de Santa Catarina sobre mulheres e LBTs; 5) Analisar as diretrizes das áreas.
191 ETAPA 02: 1) Reuniões setoriais; 2) Seminários; e 3) Consulta Pública para depois
192 apresentar a proposta para o governo. Sheila reiterou que Maria Elisa ao conhecer o
193 planejamento apresentado complementou que deveria ser feito também um termo de
194 cooperação técnica assinado pelas instituições envolvidas para que também fosse
195 entregue ao Estado. Sheila disse que mesmo diante do planejamento e das adequações
196 necessárias, entre elas, a composição de uma comissão intersetorial, seria preciso a
197 contratação/responsabilização do Estado em compilar os dados levantados pela referida
198 comissão. Raquel disse que o levantamento dos dados deveria ser feito com base nas
199 propostas elencadas nas conferências estaduais de políticas para as mulheres, e relatou
200 que a sugestão de criação de uma comissão intersetorial seria viável. Sheila sugeriu que
201 a Comissão Temática do PEPM concluiria o levantamento das propostas das
202 conferências estaduais correlacionando-as com os 10 eixos do Plano Nacional de
203 Políticas para as Mulheres e então se iniciaria a atividades junto à comissão
204 intersetorial. Aretusa sugeriu que a CEM/SC e o CEDIM/SC agendasse uma visita com
205 as instituições que seriam chamadas para a composição da comissão intersetorial como
206 forma de sensibilização para a importância efetiva da participação. Diante das
207 discussões e debates, a Plenária deliberou pela continuidade da elaboração de uma
208 proposta de PEPM que teria como encaminhamentos iniciais: a) a continuidade do
209 levantamento das propostas das 04 conferências estaduais de políticas para as mulheres
210 correlacionando-as com os 10 eixos do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres



211 (atividade realizada pelos grupos de trabalho da Comissão Temática do PEPM); b)
212 CEM/SC e CEDIM/SC fariam uma sensibilização às instituições (secretarias estaduais,
213 sistema de justiça e sociedade civil) previamente ao convite oficial para composição da
214 comissão de intersetorial; c) o planejamento elaborado pela Comissão Temática do
215 PEPM seria adequado (de acordo com o levantamento descrito no item “a”) sendo então
216 concomitantemente criado a comissão intersetorial que daria início ao levantamento dos
217 dados em suas instituições; e d) após a conclusão do levantamento de todos os dados e a
218 elaboração de uma proposta de trabalho, as instituições envolvidas assinariam um termo
219 de cooperação técnica, sendo esse entregue ao Estado junto a solicitação de formulação
220 e implantação/implementação do PEPM. Aretusa sugeriu que fosse solicitada a SST
221 uma estagiária para dar suporte ao CEDIM/SC visto a significativa demanda de trabalho
222 pertinentes também as atividades de elaboração de uma proposta do PEPM. Em
223 continuidade a pauta, Sheila pediu a Aretusa que falasse sobre o Projeto Campanha
224 Permanente Unidades Móveis: Mulheres e Cidadania, atualizando-as sobre as últimas
225 atividades realizadas do Projeto. Aretusa respondeu que a um número significativo de
226 municípios estavam solicitando à CEM/SC a inclusão no cronograma de 2017. Aretusa
227 falou que naquela semana o Projeto estava sendo executado nos municípios da Agência
228 Desenvolvimento Regional (ADR) de Maravilha. Guerlinde perguntou se as duas
229 unidades móveis estavam em funcionamento. Aretusa respondeu que uma unidade
230 móvel não estava sendo utilizada desde o mês de junho de 2017, pois havia ocorrido um
231 problema no motor e que o valor do reparo teria o custo entre R\$ 11.000,00 e R\$
232 13.000,00. A Coordenadora referendou que no dia anterior (07 de agosto de 2017), ela e
233 Fabiana Lopes Ribeiro realizaram reunião preparatória com os municípios da ADR de
234 Rio do Sul. Aretusa falou ainda que na segunda semana de setembro participaria de uma
235 reunião da Federação Catarinense de Municípios (FECAM) junto aos profissionais de
236 assistência social da Associação de Municípios da Grande Florianópolis e teria 30
237 minutos para apresentar o Projeto Campanha Permanente Unidades Móveis: Mulheres e
238 Cidadania. Raquel sugeriu que Aretusa também os sensibilizasse para a criação de
239 conselhos municipais. Sheila falou que seria importante a participação das conselheiras
240 no acompanhamento da execução do Projeto. Aretusa disse que seria fundamental a



CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA MULHER - CEDIM/SC
Lei Estadual nº 16.945 de 08 de junho de 2016

241 participação dos conselhos municipais dos direitos da mulher nas reuniões preparatórias
242 e nas atividades do Projeto. Fabiana de Souza falou que todos os informes enviados pela
243 CEM/SC referentes ao Projeto Campanha Permanente Unidades Móveis: Mulheres e
244 Cidadania são encaminhados aos conselhos municipais e às conselheiras estaduais.
245 Informes Gerais: Sheila informou que no dia 24 de julho de 2017 ela e Fabiana de
246 Souza participaram da Reunião sobre o Regimento Interno com a Secretária Adjunta da
247 SST Reginete Panceri para justificar a permanência dos artigos 47 e 55. Falou que no
248 dia 26 de julho de 2017, ela, Fabiana de Souza, Aretusa, Daniele e Fabiana Lopes
249 Ribeiro Reunião do Fórum de Enfrentamento à Violência contra a Mulher do Campo,
250 da Floresta, das Águas e Quilombolas para verificar junto a COJUR/SST o processo
251 referente ao decreto de criação do referido Fórum e que nesta mesma data participou
252 junto a Fabiana de Souza da Reunião das Presidentas e Presidentes dos Conselhos de
253 Direitos e Setoriais para tratar sobre a disponibilidade de pagamento de diárias para as
254 conselheiras da sociedade civil para participarem nas plenárias e da Reunião Mesa
255 Diretora onde também estavam presentes Fabiana de Souza, Aretusa, Ariane e Maria
256 Elisa de Caro para tratar sobre o alinhamento e readequação das ações para a construção
257 de uma proposta do PEPM. Ressaltou que no dia 31 de julho e 01 de agosto de 2017
258 houve a 51ª Reunião do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e que
259 participaram também Fabiana de Souza, Aretusa, Adriana da Silva e Célia Fernandes.
260 Fabiana de Souza falou que no dia 03 de agosto de 2017 ela e Aretusa participaram da
261 Reunião para Apresentação da Agenda de Seminários com o tema “Pelo fim da
262 Violência Doméstica contra a Mulher e que foi solicitado ao CEDIM/SC a participação
263 nos Seminários e a elaboração de um informativo referente a criação dos conselhos
264 municipais dos direitos das mulheres. Nada mais havendo a tratar, Sheila agradeceu a
265 participação de todas as conselheiras e deu por encerrada a 7ª Reunião Plenária
266 Ordinária do CEDIM/SC, Eu, Fabiana de Souza, secretária executiva do CEDIM/SC
267 lavrei a presente Ata.